



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013**  
**(Do Sr. Rubens Bueno)**

*Requer informações ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre processos administrativos resultantes de fiscalizações realizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.*

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre processos administrativos decorrentes de fiscalizações realizadas pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar.

Solicita-se que seja informado o seguinte:

- número de empresas que sofreram fiscalização pela ANS no âmbito da “Operação Olho Vivo” nos anos de funcionamento dessa modalidade de fiscalização;
- lista das empresas autuadas por irregularidades fiscais e contábeis nesses anos e quais as providências efetivamente tomadas pelas empresas para sanar tais problemas;
- informações sobre procedimentos de investigação acerca das empresas líderes de mercado na ocasião de venda de carteiras de planos de saúde;
- Lista das empresas que passaram por esse procedimento no corrente ano;
- Os resultados da fiscalização realizada em julho de 2011 na Amico



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Saúde LTDA.

- cópia de inteiro teor do processo nº 33902.425146/2011-11, da Amico Saúde LTDA.

### **JUSTIFICATIVA**

Em 2010 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou, no dia 29 de julho, a Resolução Normativa nº 223, que dispõe sobre o programa Olho Vivo que criava na oportunidade regras claras e públicas para o processo de fiscalização pró-ativa quanto à atuação das operadoras de planos de saúde.

Como foi noticiado pela agência, Núcleos da ANS passaram a ter a atribuição de fiscalizar, em suas áreas de atuação, as 89 operadoras médico-hospitalares líderes de mercado analisando questões econômico-financeiras e aspectos assistenciais.

Entendemos que o conteúdo dessas fiscalizações é de grande importância para o cumprimento das atribuições da Agência, mas também para as atribuições constitucionais do parlamento.

Tendo em vista a relevância da informação solicitada, agradeço a atenção que possa ser dispensada ao pleito, no objetivo de elucidar dúvidas e contribuir para o processo de transparência que um estado democrático exige.

Sala das Sessões, em de outubro de 2013.

Deputado Rubens Bueno  
(PPS/PR)